



INSTITUTO DE HUMANIDADES -IH
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES

JEAN DA SILVA EMPALÁ

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA GUINÉ-BISSAU: ACESSO AO ENSINO
SUPERIOR (1974-2003)**

ACARAPE

2019



INSTITUTO DE HUMANIDADES -IH
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES

JEAN DA SILVA EMPALÁ

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA GUINÉ-BISSAU: ACESSO AO ENSINO
SUPERIOR (1974-2003)**

Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de projeto, do curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Patrício Carneiro Araújo

ACARAPE

2019

JEAN DA SILVA EMPALÁ

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA GUINÉ-BISSAU: ACESSO AO ENSINO
SUPERIOR (1974-2003)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 12/07/2019

BANCA EXAMINADORA

Orientador e presidente: Prof. Dr. Patrício Carneiro Araújo (UNILAB)

Examinador: Prof. Dr. Lourenço Ocuni Cá (UNILAB)

Examinador: Prof. Dr. Ivan Costa Lima (UNILAB)

LISTA DE SIGLAS

CENFA- Centro de Formação Administrativa

CENFI- Centro de Formação industrial

CEFAG- Centro de Formação Agrícola

CEFC- Centro de Formação Comunitária Experimental

DGEPASE- Direção Geral dos Estudos Planificação e Avaliação do Sistema Educativo

ENA- Escola Nacional de Administração

ESE- Escola Superior da Educação

ENS- Escola Nacional de Saúde

ESD- Escola Superior de Direito

ENEFD- Escola Nacional de Educação Física e Desportos

FDB- Faculdade de Direito de Bissau

FM- Faculdade de Medicina

LBSE- Lei de Bases do Sistema Educativo

IDH- Índice do Desenvolvimento Humano

IH- Instituto de Humanidades

INAFOR- Instituto Técnico de Formação Profissional

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa

ISGB- Instituto Superior de Gestão de Bissau

MEN- Ministério da Educação Nacional

OGE- Orçamento Geral de Estado

OMS- Organização Mundial de Saúde

PALOP- Países Africanos da Língua Oficial Português

PNA-EPT- Plano Nacional de Ação, Educação para Todos

PQEDH- Plano Quadro da Educação para o Desenvolvimento Humano

RESEN- Relatório do Estado do Sistema Educativo Nacional

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso

UAC- Universidade Amílcar Cabral

UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ULG- Universidade Lusófona da Guiné

UCB- Universidade Colinas de Boé

UCAO- Universidade Católica da África Ocidental

UJP- Universidade Jean Piaget

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	7
2. JUSTIFICATIVA.....	9
3. PROBLEMATIZAÇÃO.....	11
4. OBJETIVOS.....	13
4.1 Objetivo geral.....	13
4.2 Objetivos específicos.....	13
5. HIPÓTESES.....	14
6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
6.1 BREVE ABORDAGEM SOBRE A EDUCAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU.....	15
6.1.1 Conceito do Ensino Superior na Guiné-Bissau.....	17
6.2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO ENSINO SUPERIOR GUINEENSE..	18
6.3 ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NA GUINÉ-BISSAU.....	23
6.4 EDUCAÇÃO, EMANCIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: UM OLHAR PARA O CONTEXTO GUINEENSE.....	26
8. CRONOGRAMA.....	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	33

1. APRESENTAÇÃO

A Guiné-Bissau é um dos países da costa da África ocidental, tem fronteiras com Senegal ao Norte e a Guiné-Conacri ao Sul e Leste. Possui uma extensão territorial de 36.125 km² (Trinta e seis mil e cento e vinte e cinco quilômetros ao quadrado). A superfície habitável é de apenas 24.800 km² devido às terras inutilizadas pelas inundações das marés fluviais e pelo alagamento causado pelas chuvas regulares. O país é formado por parte continental e insular, a sua população é estimada em cerca de 1.500.000 habitantes, é um país composto por oito (8) regiões (estados), nomeadamente: Bafatá, Biombo, Bolama, Cacheu, Gabu, Oio, Quinara, Tombali e o setor autónomo de Bissau. Bissau é a capital do país e é a cidade mais importante e populosa, com 300.000 habitantes e concentra a maior parte da economia do país. A Guiné-Bissau conquistou a sua independência em 24 de Setembro de 1973, depois de onze anos de luta armada contra o colonialismo português para a sua libertação nacional. (AUGEL, 2007)

O presente projeto de pesquisa propõe fazer uma análise das políticas públicas educacionais com o foco no acesso ao ensino superior na Guiné-Bissau, no período pós independência, de 1974 à 2003. É importante salientar que a educação aqui abordada é compreendida como um espaço de formação, habilitação e capacitação das pessoas no campo científico, humanista, profissional e técnico, com reflexo na esfera social, política, econômica e com objetivo do desenvolvimento local e mundial.

Nesta perspectiva, o significado do desenvolvimento tratado nesse trabalho não é pensado a partir do viés ocidental sobre o desenvolvimento, mas trata-se, como demonstrou Sucuma (2013), do desenvolvimento que pode ser entendido como um processo complexo de construção coletiva e de avanço em diversas etapas da vida do homem/mulher em sociedade, como acontece em toda sociedade humana e que, no entanto, pode se expressar na condição cultural, no sentido mais amplo, no bem-estar social e político. (SUCUMA, 2013).

O horizonte temporal que se pretende pesquisar (1974 a 2003) representa um importante período histórico na educação guineense, já que 1974 foi o ano da abertura da primeira instituição de ensino superior naquele país, a Escola Nacional de Saúde (ENS). Criada pelo Ministério de Saúde para aumentar os profissionais na área de saúde, um dos seus objetivos na época era suprimir a carência dos profissionais de saúde na Guiné-Bissau. Já o ano de 2003 foi marcado pela abertura da primeira universidade pública (Universidade Amílcar Cabral) que fechou em 2007 por razão econômica, segundo o governo na altura.

Partindo do pressuposto de que a dificuldade do acesso ao ensino superior na Guiné-Bissau é algo presente na esfera social guineense, e tem sido uma das questões preocupantes no

país, as narrativas históricas apontam que os obstáculos no acesso ao ensino superior e à educação científica ou escolar de forma geral na Guiné-Bissau é um problema muito antigo e já se fazia sentir desde o período colonial devido ao fraco investimento do regime colonial português na formação e capacitação do povo guineense.

Nessa linha de pensamento, Sani e Oliveira (2014), apontam algumas causas da fragilidade da educação superior guineense. Entre as quais observa-se: a demora na implementação da educação superior na Guiné-Bissau, crise política, carência de professores e infraestruturas escolares qualificadas, a escassa disponibilidade do Orçamento Geral de Estado (OGE), que na fala de um dos altos funcionários do Ministério da Educação, entrevistado anônimo de Té em 2017, mostra que “As despesas na educação neste momento não ultrapassam 11% do Orçamento Geral de Estado, e desse 11%, 90% é utilizado para o pagamento dos professores, portanto não sobra praticamente nada para investir na administração e muito menos para investir nos materiais escolares e outras coisas.” (TÉ, 2017, p.29).

Tendo em conta os problemas sociopolíticos, educacionais, econômicos e geopolíticos que o mundo contemporâneo apresenta, e sendo a Guiné-Bissau um país que se encontra dentro dessa conjuntura, torna-se evidente e indiscutível que ela precisa construir um sistema de educação superior, e de educação a nível geral, consistente capaz de responder as demandas do país e do mundo. (SUCUMA, 2013).

Considerando os problemas analisados nos parágrafos anteriores, a preocupação com essa realidade de algum modo me impulsionou a pesquisar sobre essa temática, que, por sinal, ainda é um tema pouco discutido na sociedade guineense. É preciso dizer que existem vários trabalhos científicos sobre educação na Guiné-Bissau, mas são poucos que abordam a questão do ensino superior, principalmente no que tange ao acesso à educação superior e às políticas educacionais desencadeadas nesse setor.

2. JUSTIFICATIVA

O ensejo de pesquisar essa temática amparou-se no meu interesse pela área da educação, pelo questionamento da situação que a educação superior se encontra na Guiné-Bissau, pela problematização dos conflitos militares que sempre culminaram com golpes de Estado, pela indagação de grandes impasses políticos e econômicos ao longo da história, que começaram após independência e se desenvolveram nos anos 80 e 90, e continuam presentes nos momentos atuais. Ainda é de reparar que na década de 1980, praticamente até 1990, uma das coisas bem-vindas que o *Movimento Reajustador*¹, trouxe, foi a diminuição da repressão política, das prisões e detenções arbitrárias e das recorrentes violações dos direitos humanos que culminaram com o conflito militar de 1998. Desse conflito é possível afirmar, apoiando-se em Mendy, que o seu legado continua a repercutir negativamente na sociedade guineense até nos dias de hoje. (MENDY, 1993).

Trago esse tema para a discussão acadêmica porque pretendo compreender, com mais profundidade, a essência dos grandes conflitos políticos, a gênese do subdesenvolvimento econômico e do fraco investimento no setor educativo na Guiné-Bissau, principalmente no ensino superior. Além disso, como cidadão guineense que teve maior parte do seu percurso acadêmico na Guiné-Bissau acompanhando a dinâmica da situação educacional da Guiné-Bissau e ainda como pesquisador, também desejo entender melhor a atual situação da educação e da política guineenses. Tudo isso se justifica a partir de uma sincera preocupação com o desenvolvimento da educação, da política e da economia de alguns países da subregião da África ocidental e do mundo em geral.

A relevância deste trabalho vai além das críticas e análises que vão ser abordadas. Isto é, pretende-se trazer à tona as possíveis soluções para superar as deficiências existentes no campo da educação e da política na Guiné-Bissau. Portanto, espera-se que este trabalho, de alguma forma, possa servir de auxílio para a classe governante guineense, principalmente no que se refere à educação, auxiliando na criação de políticas de educação que possam oportunizar a equidade social, o acesso à educação, essencialmente a do ensino superior, desenvolvimento político e educacional. Espera-se que a população, de modo geral, se beneficie dos debates desenvolvidos neste trabalho, usando-os para reforçar o debate e elaborar políticas públicas

¹ O golpe de Estado chamado *Movimento Reajustador*, realizado 14 de Novembro 1980 tinha como objetivo afastar o então presidente, Luís Cabral, e os próximos. Isso, culminou com a ruptura política do Estado binacional entre Guiné-Bissau e Cabo Verde. (MONTEIRO, 2014).

Disponível em: <http://conosaba.blogspot.com/2014/11/movimento-reajustador-14-de-novembro.html>. Data de acesso: 17/06/2017

educacionais na Guiné-Bissau. Por último, espera-se que este trabalho inquiete outros pesquisadores guineenses e internacionais à investigarem ainda mais sobre o assunto e que, no entanto, sirva de referência bibliográfica para outras pesquisas.

3. PROBLEMATIZAÇÃO

O nosso trabalho abordará as estratégias educacionais desenvolvidas no setor do ensino superior guineense com eixo no acesso ao ensino superior. Sendo assim, a problemática da pesquisa a ser desenvolvida centra-se nos seguintes questionamentos: quais são as políticas públicas educacionais desenvolvidas no âmbito do acesso ao ensino superior na Guiné-Bissau, uma vez que o acesso a educação é um direito previsto no artigo 49º da constituição da república? E como essas políticas foram desenvolvidas? O que justifica os motivos da inexistência de universidades públicas na Guiné-Bissau?

Desde a sua independência, o país tem vivido uma onda de crises políticas que de certo modo afeta todo o aparelho do Estado. Mediante essa afirmação, podemos questionar: até que ponto as instabilidades políticas interferem diretamente na ineficiência da educação? E o inverso, também acontece? As falhas no sistema educacional também resultariam em instabilidade política? Até que ponto essas duas instâncias da vida social na Guiné-Bissau estariam relacionadas? Além dessas indagações, acrescenta-se a seguinte: Quais seriam as possíveis formas para superação das crises e da precariedade da educação guineense?

Na opinião de Sani e Oliveira (2014), a superação da precariedade da educação guineense só se alcança com um investimento sério na formação docente, discente e na construção de infraestruturas escolares, com a estabilidade política, concessão de bolsas de estudo internas e externas, cumprimento das leis que regem o sistema educativo, e com a imparcialidade na condução dos bens públicos. Também compartilhamos a ideia de que a adoção dessas medidas ajudarão a Guiné-Bissau a atingir o desenvolvimento almejado pelo seu povo.

A educação é um processo de formação pessoal e social que permite o desenvolvimento humano em toda dimensão e durante toda a vida. Nessa visão, é possível afirmar que o desenvolvimento da educação constitui triunfo de qualquer política de desenvolvimento e sucesso de qualquer país. Sendo assim, podemos afirmar que a educação é o alicerce no qual nos devemos apoiar para trilhar o caminho do desenvolvimento do nosso país. E esse fenômeno exige um investimento sério nas infraestruturas e nos recursos humanos. (SONCO, 2014). Nessa perspectiva, podemos nos perguntar: é possível pensar algum modelo de desenvolvimento sem uma educação consistente que permita o desenvolvimento humano e pessoas comprometidas com o país?

Todos esses questionamentos resultam da constatação de que após a independência, a educação guineense, começando pela fase pré-primária até a formação superior, tem o propósito

de formar cidadãos bem qualificados na práxis progressista, transformadores da ordem social, com espírito nacionalista, com a capacidade empreendedora, capazes de viver na diversidade, na democracia, respeitando o próximo, sabendo antecipar problemas e propor soluções, capazes de inovar e contribuir para promover o desenvolvimento sustentável do país. (SANI; OLIVEIRA, 2014). Porém, infelizmente, até hoje esse ideal não foi concretizado na íntegra devido vários fatores que elencaremos posteriormente.

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste projeto de pesquisa é compreender as políticas educacionais desenvolvidas no setor do ensino superior na Guiné-Bissau com ênfase no acesso ao ensino público superior, entre 1974 a 2003.

4.2 Objetivos específicos

Entre os objetivos específicos deste projeto estão: (i) Averiguar as políticas públicas educacionais desencadeadas no campo do ensino superior guineense; (ii) Entender o acesso e a permanência dos docentes no ensino superior na Guiné-Bissau; (iii) Apontar as possíveis causas da crise na educação guineense e a forma de superá-la; (iv) Analisar as principais estratégias educacionais do governo que proporcionaram mudanças no ensino superior guineense; e (v) Compreender como a instabilidade política interfere na educação.

5. HIPÓTESES

Políticas públicas são agendas e ações promovidas pelo governo em benefício da população. No entanto, estão sempre atreladas e em diálogo com a estabilidade política, militar e governativa. É incoerente pensar em políticas públicas eficientes que atendam as necessidades da população sem uma estabilidade política/governativa.

O processo de construção da Guiné-Bissau como um país independente e livre, que teve início nos princípios dos anos 1970, sempre foi – e continua sendo -, marcado por sucessivos golpes de Estado e constantes crises políticas. Essa realidade, de certa forma, impossibilita a execução de várias políticas públicas e projetos, tanto na educação quanto nas outras áreas. Essas crises ou impasses políticos e militares, instalados principalmente na década de 1980 e final de 1990, somados à má gerência de bens públicos, contribuíram drasticamente para o subdesenvolvimento e a precariedade da educação na Guiné-Bissau. Esta é a minha hipótese principal nesta pesquisa que pretendo desenvolver.

Convém recordar que, independentemente das instabilidades políticas que muitas das vezes não oportunizam o progresso e avanço na educação guineense - como é detalhado no parágrafo anterior -, também a economia que a Guiné-Bissau herdou após a independência era insuficiente para cobrir as despesas do país. Isto é, a Guiné-Bissau tinha e ainda tem uma economia precária provocada por ingerência dos bens públicos, que não permite grandes investimentos e a conseqüente progressão no sector educativo.

6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como já foi dito anteriormente, o propósito desta pesquisa é analisar as políticas educacionais desenvolvidas no setor do ensino superior guineense, cujo recorte temporal é 1974 a 2003. A revisão bibliográfica, que serve como base para a estruturação deste projeto de pesquisa, está dividida em cinco seções: 1- Breve abordagem sobre a educação na Guiné-Bissau; 1.1- Conceito do ensino superior na Guiné-Bissau; 2- Políticas educacionais no ensino superior guineense; 3- Acesso ao ensino superior na Guiné-Bissau e 4- Educação, emancipação e desenvolvimento: um olhar para o contexto guineense. Na primeira parte do trabalho, contextualizaremos a educação de forma geral na Guiné-Bissau e com a delimitação no ensino superior. Na segunda seção, serão abordadas as políticas educacionais na Guiné-Bissau, com ênfase no ensino superior. Nesta rápida revisão bibliográfica apresentaremos as dificuldades na implementação das políticas educacionais e também mostraremos, de forma sucinta, as políticas públicas desenvolvidas nesse domínio. Na terceira, debateremos acesso ao ensino superior na Guiné-Bissau e os seus desafios. Por último, procuraremos compreender a educação emancipadora no processo do desenvolvimento humano e da Guiné-Bissau.

6.1 BREVE ABORDAGEM SOBRE A EDUCAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU

Não há sociedade humana fora da esfera educativa e não há ser humano no vazio. A educação de modo geral é um processo de socialização onde os mais velhos procuram inserir e socializar os mais novos na sociedade, baseando nos princípios éticos, morais e nas práticas culturais da própria sociedade. (FREIRE, 2011). Nessa mesma linha de pensamento, Libâneo (1994) se adianta ainda mais nessa discussão, assegurando que a educação é um fenômeno social e global que proporciona as capacidades físicas e espirituais dos seus membros, treinando-os para o desenvolvimento nos diferentes momentos da vida social.

Num dos seus livros sobre a educação, Brandão também aponta que ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola todos nós nos envolvemos com ela. Ela existe em cada povo, entre povos que submetem e dominam outros povos, usando a educação como recurso da sua dominação. (BRANDÃO, 2007).

Debruçando-se sobre a educação formal e informal, Libâneo (1994) diferenciou, de forma explícita e sintética, dois tipos de educação, educação em sentido amplo e em sentido estrito. A esse respeito, ele afirma que,

Em *sentido amplo*, a educação compreende os processos formativos que ocorrem no meio social, nos quais os indivíduos estão envolvidos de modo necessário e inevitável pelo simples fato de existirem socialmente; neste sentido, a prática educativa existe numa grande variedade de instituições e atividades sociais decorrentes da organização econômica, política e legal de uma sociedade, da religião, dos costumes, das formas de convivência humana. Em *sentido estrito*, a educação ocorre em instituições específicas, escolares ou não, com fidelidade de instrução e ensino mediante uma ação consciente, deliberada e planejada, embora sem separar-se daqueles processos formativos gerais. (LIBÂNEO, 1994, p.17).

Partindo dos conceitos supracitados sobre a educação, definidos pelos teóricos acima referenciados, podemos concluir que a educação de maneira geral existia antes da chegada dos europeus no território que hoje é considerado a Guiné-Bissau.

Para fundamentar essa afirmação nos amparamos na obra de Cristina Mandau Ocuni Cá (2009), onde se revela que a ausência de instituições escolares não significa inexistência de educação ou de ensino-aprendizagem. Isso porque a educação faz parte da existência e convivência humana. Segundo a mesma autora, a educação formal ou escolar começou na Guiné-Bissau com a colonização portuguesa, de 1446 a 1973, sendo que neste período um número reduzido de guineenses teve acesso à escola.

Entretanto, é de suma importância lembrar que a educação ofertada por invasores portugueses restringia-se às preparações básicas a fim de poder servir aos colonizadores. A educação concebida por exploradores portugueses limitava-se a um número muito pequeno da população. Onde, os colonizadores portugueses estabeleciam o estatuto segregacionista que separava os “assimilados” dos “nativos”. Para ter acesso à educação formal o “nativo” teria que rejeitar todas as práticas culturais e crenças africanas, isto é, assimilar o modo de vida europeu.

De acordo com Cristina Mandau Ocuni Cá (2009, p.45): “Ainda no período colonial, só tinham acesso à escola, os filhos dos altos funcionários coloniais europeus que serviam na Guiné Portuguesa e os filhos dos assimilados caboverdianos e guineenses que serviam os colonizadores.” Segundo a mesma autora, nesse período havia duas categoria de escolas na Guiné-Portuguesa: a escola central (Estado português) e a escola de missão católica, que era mais de caráter religioso onde frequentavam as crianças indígenas.

Atualmente, segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) guineense, nos seus artigos IV, V, VI e VIII, o sistema público de educação guineense é um sistema laico que tem por objetivo estimular a emergência e consolidação da atitude democrática e pluralista na sociedade. Dessa maneira, ele está estruturado de seguinte forma:

A Educação Não-Formal e a Educação Formal. A educação não formal está enformada por uma filosofia de educação permanente, abrangendo todas as dimensões

da acção educativa e tem por escopo expandir os conhecimentos ou potencialidade dos seus destinatários, em complemento da formação formal ou em suprimento da que não puderam obter. A educação não formal desenvolve-se, nomeadamente, nas seguintes áreas: a) Alfabetização e educação de base de jovens e adultos; b) Acções de reconversão e aperfeiçoamento profissional, tendo em vista o acompanhamento da evolução tecnológica; c) Educação dirigida para a ocupação criativa dos tempos livres; d) Educação cívica. A educação formal integra, sequencialmente, os ensinos pré-escolar, básico, secundário, técnico-profissional, superior e outrossim, modalidades especiais e atividades para a ocupação de tempos livres. (Lei de Bases do Sistema Educativo, 2010, p.3-4).

Basicamente, a estrutura do sistema educativo guineense não se restringia apenas aos recintos escolares, pois, podemos notar a descentralização e diversificação na tipologia da educação. Além disso, trata-se de um modelo educativo que estimula o espírito democrático e não está atrelado a nenhuma ideologia religiosa.

6.1.1 Conceito do Ensino Superior na Guiné-Bissau

A educação guineense, fundamentalmente o ensino superior, deve ser regida e monitorada pelo Ministério da Educação Nacional da Guiné-Bissau, segundo a constituição e a Lei de Base do Sistema Educativo (LBSE). O conceito de ensino superior está carregado de complexidades, tanto na perspetiva mercadológica ou capitalista como na concepção humanística. Atualmente, podemos perceber que a educação capitalista está ganhando mais força devido a sua proliferação na sociedade e o atual sistema político e econômico mundial. (SUCUMA, 2013).

Portanto, o ensino superior, segundo Sucuma (2013), pode ser definido como um processo avançado de reflexão e construção de saberes e conhecimentos científicos que possam ser importantes para o desenvolvimento da sociedade humana. A principal função do ensino superior é fazer a ciência através de invenções e inovações no campo social, tecnológico, econômico e outros. Também ele compõe um lugar de debate de idéias académico-científico.

Conforme a aceção de Calvacante (2000) “Educação Superior é ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização, aberta a candidatos que tenham concluído o ensino médio.” (CAVALCANTE, 2000, p.15). No caso específico da Guiné-Bissau, as LBSE guineense garantem que, na construção do ensino superior e no acesso ao mesmo, devem levar em consideração a qualidade do ensino, as necessidades do país e o desenvolvimento do nível cultural e científico da população guineense. Nesse sentido, o ensino superior deve ser ministrado nos seguintes estabelecimentos: a) Universidades – para o ensino universitário; b) Escolas universitárias não integradas em universidades – para o ensino universitário; c) Institutos superiores ou Técnicos.

Além disso, o Artigo 27º da LBSE mostra os propósitos da educação superior guineense, nos quais decreta que o ensino superior procede os seguintes objectivos:

- a) Ministar formação adequada à inserção do diplomado no mundo laboral e à participação no processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau;
- b) Estimular a pesquisa e a investigação científica;
- c) Incentivar a criação cultural e a afirmação do pensamento reflexivo e do espírito científico;
- d) Promover a difusão de conhecimentos técnico-científicos e culturais que façam parte do património comum da humanidade;
- e) Provocar uma fecunda insatisfação cultural e profissional, de forma a lograr o aperfeiçoamento permanente das pessoas.

Para garantir a real efetivação desses propósitos, o Estado se coloca como responsável pelas condições econômicas e materiais para as investições científicas e ainda para disseminar a cooperação entre as instituições públicas e privadas. Não obstante, o maior problema da Guiné-Bissau, após a independência até momentos atuais, é a aplicabilidade das leis que regem o sistema educativo guineense, tanto na efetivação das leis da constituição quanto nos preceitos da educação.

6.2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO ENSINO SUPERIOR GUINEENSE

Nesta seção trataremos das ações do Estado guineense no que tange às políticas públicas no ensino superior na Guiné-Bissau. Antes de aprofundar as discussões sobre as políticas educacionais desenvolvidas na esfera do ensino superior guineense, gostaria de trazer umas breves definições de políticas públicas e, conseqüentemente, de políticas educacionais.

Segundo Lourenço Ocuni Cá (2010), as políticas públicas podem ser compreendidas como todas as decisões do governo nas diferentes arenas sociais que influenciam e refletem na vida de um conjunto da população. Ou seja, políticas públicas são atos que o governo realiza ou deixa de realizar e as repercussões que essa ação provoca na sociedade. Nessa ótica, ele chamou atenção no que concerne a diferenciação entre política pública e decisão política, uma vez que a política pública agrega mais que uma decisão política e exige diversas atuações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.

Percebe-se então que fazer políticas públicas é mudar as relações de poder de uma direção mais favorável ao próprio interesse, alterando a direção dos processos sociais. Para ter êxito, nesses casos, é preciso encontrar as alavancas de mudança que permitam a maior vantagem e benefício para o público alvo. (WALLERSTEIN, 1995).

Em síntese, as políticas públicas são conjuntos de atividades governamentais com propósito de acionar e resolver os problemas sociais de uma determinada comunidade ou país. Elas são para o povo e devem ser pensadas de acordo com a realidade local, isto é, a realidade daquele povo. Alicerçado nas elucidações acima demonstradas, ou seja, nos conceitos expostos sobre políticas públicas, defino as políticas educativas como todas as ações do governo no setor educativo, com objetivo de qualificar e disseminar a educação numa determinada comunidade ou país.

As ações do governo no domínio da educação e os elementos que compõem essas ações devem ser condizentes com os direitos da educação e autenticidade local, isso, visa preparar os jovens, e não só, aos desafios mundiais. No caso guineense, segundo Té (2017), as políticas educativas são editadas em função dos governos nomeados, que frequentemente não compreendem o mandato completo, e acima de tudo, as políticas educativas são inspiradas em paradigmas incompatíveis com a realidade guineense.

Ademais, a Guiné-Bissau está na posição 177^o entre 187 países classificados com baixo Índice do Desenvolvimento Humano IDH (0,396 na escala mundial). A fraca base econômica e constante crise política e institucional impõem a Guiné-Bissau a grande dependência externa que muitas das vezes inviabiliza e cria constrangimentos na aplicabilidade das políticas educativas, comprometendo o efetivo funcionamento do sistema educativo e, conseqüentemente, levando à fraca qualidade da educação, à elevada desigualdade regional e a discrepância entre gêneros no que refere o acesso e a permanência à educação, tanto no ensino médio quanto no superior. (TÉ, 2017).

Como referi em muitas ocasiões, que o grande problema da Guiné-Bissau, especialmente o da educação, é a sequência dos impasses políticos-institucionais e conflitos militares que afetam o país desde primeiros anos da independência até os dias atuais, isso acontece devido o desentendimento político e militar.

De acordo com Té (2017), baseado nos dados do Ministério da Educação Nacional, a guerra cívil de 07 junho de 1998 destruiu acerca 80% das infraestruturas econômicas, sociais e também possibilitou a suspensão de acordos e cooperações por parte dos parceiros internacionais. Desta forma, esse conflito causou, e seu legado continua causando, uma fragilidade enorme na implementação e dinamização do sistema educativo.

Também, é importante salientar que as políticas educativas e as leis da educação guineense foram inspiradas nas resoluções e recomendações das conferências internacionais, como a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990, e no Plano Nacional de Ação, Educação para Todos (PNA-EPT). Naquele momento, foram preparadas medidas pelo Ministério da Educação guineense, o Plano Quadro da Educação para o Desenvolvimento Humano (PQEDH- 1992), o Programa de Emergência (1996), a Lei de Bases do Sistema Educativo Guineense (LBSE, 1999), o Relatório do Estado do Sistema Educativo Nacional (RESEN, 2011), entre outros. (Té, 2017). Porém, o maior problema é a aplicabilidade das leis assumidas. A Guiné-Bissau tem produzida inúmeras leis no domínio da educação, mas falta o cumprimento das leis incumbidas.

Em um dos seus estudos, Sani e Oliveira (2014) mostram que o Estado da Guiné-Bissau tem legislado sobre a educação a partir de vários documentos oficiais. Não obstante, o país tem falhado no cumprimento e na execução das normas para o desenvolvimento da educação. Nessa condição, a educação continua a enfrentar sérios problemas que vão desde a falta de professores com qualificação apropriada até a falta de infraestruturas escolares e equipamentos básicos em todos os níveis, principalmente no ensino superior. (SANI; OLIVEIRA, 2014).

O outro problema destacado no que tange a execução das políticas educativas no ensino superior guineense aparece na fala de um dos altos funcionários do Ministério da Educação, entrevistado anônimo de Té (2017) na sua obra sobre *As políticas educativas na Guiné-Bissau*, no qual aponta o fraco investimento como fator principal da debilidade da educação guineense. Ele, entrevistado anônimo, mostra que,

O investimento no setor da educação tem sido bastante fraco, dentre os países da nossa zona. A Guiné-Bissau é o que investe menos na educação. As despesas na educação neste momento não ultrapassam 11% do Orçamento Geral de Estado, e desses 11%, 90% é utilizado para o pagamento dos professores, portanto não sobra praticamente nada para investir na administração e muito menos para investir nos materiais escolares e outras coisas. (... 2017, Apud TÉ, 2017, p.29).

Ainda, mediante sua experiência como funcionário do Ministério da Educação, ele (o funcionário do Ministério da Educação e o entrevistado anônimo do Té (2017)) mostra como a educação é encarada pela classe política guineense, no qual afirma que:

Em primeiro lugar, a educação é relegada a segundo plano nas políticas estratégicas governamentais quando se trata de alocação de fundos para financiar programas, projetos para implementar todo um plano desenhado; A impreparação dos decisores políticos nessa área é perceptível ao olho nu. Houve de forma insuficiente o investimento para as áreas dos livros, bibliotecas, editoras, recursos informáticos, novos materiais pedagógicos e didáticos que permitissem captar a existência das

novas metodologias e técnicas do ensino/aprendizagem e aumentar, assim, de forma gradativa a consolidação dos mecanismos educativos nacionais; Diria que se algum fundo foi gerado ao nível das finanças públicas, se são feitas, é muito pouco. Mas a nível do MEN são feitas os levantamentos dos materiais, livros, dicionários, enciclopédias que são necessárias ao longo e meio prazos, não para todos os alunos. Mas o Ministério das finanças, não disponibiliza recursos para essa prioridade. (... 2017, Apud TÊ, 2017, p.29).

Consoante essa declaração, podemos entender que a Guiné-Bissau está longe de ter uma educação de qualidade. A educação que questiona os reais problemas do país e procura a forma de solucioná-los; a educação que vai permitir os guineenses desenvolverem o país de acordo com a realidade africana e especificamente a guineense. No entanto, é impossível pensar numa educação de qualidade e num desenvolvimento desejado sem um investimento sério e fiscalização desse recurso ou sem políticas públicas que vão qualificar a educação e oportunizar o acesso a todos. A Guiné-Bissau precisa de investimento sério e transparente na educação, que vai começar desde o ensino básico até superior, isso de certa forma vai criar e formar “homens/mulheres novas/os” capazes de tirar o país do abismo político, social e econômico rumo ao desenvolvimento que todo povo guineense almeja.

Sem minimizar os esforços e os trabalhos desenvolvidos por sucessivos governos desde a década de 1970 até dias atuais, em que o Estado guineense desenvolveu algumas políticas que possibilitaram o acesso ao ensino superior e formação dos guineenses, conforme a concepção do Sucuma (2013) baseado no documento de estudo de viabilidade da Universidade Amilcar Cabral realizado em 2000. Ali ele afirma que nos finais da década 1970 o governo começou a empreender várias iniciativas que possibilitaram dotar o país das instituições educativas de nível politécnico, superior e de pesquisa.

Consequentemente, um ano após a independência, em 1974, o Ministério da Saúde criou a Escola Nacional de Saúde (ENS). Nos finais dos anos 1970 e início 1980, em continuidade de um processo que iniciou concretamente em 1979, o Ministério da Educação criou a Escola Normal Superior, “Tchico Té”, que tem a vocação de formar professores de níveis básico e secundário. Ainda em 1979 criou-se a Escola Superior de Direito pelo Ministério da Justiça no âmbito de uma parceria entre Guiné-Bissau e Portugal, que mais tarde foi transformada em Faculdade de Direito de Bissau (FDB) em 1990. A Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), criada pelo Ministério da Educação em 1979 em parceria com a Cooperação Cubana. Na área de formação profissional e técnico-profissional foi criada a INAFOR (ex-Instituto Técnico de Formação Profissional), que possuía quatro centros de formação que são: CENFA (para a Formação administrativa); CENFI (Formação industrial); CEFAG (Formação agrícola); CEFC (Formação comunitária experimental). (SUCUMA, 2013).

Em 17 de Fevereiro de 1978 criou a Escola de Formação de Professores para o ensino primário. Em 1984 foi criado o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) com a finalidade de promover estudos e pesquisas nas áreas de ciências sociais, humanas e naturais, dentre outras instituições como a Universidade Amilcar Cabral em 2003. Em 1986, o Ministério da Saúde criou a Faculdade de Medicina (FM) no âmbito de uma cooperação entre a Guiné-Bissau, Cuba, Holanda e a OMS (Organização Mundial da Saúde), que assumiu o fornecimento de equipamentos e bolsas de estudos para os estudantes. (SUCUMA, 2013).

As iniciativas aplausivas na educação no período pós-independência não se limitaram somente no ensino superior, mas abrangeram todos os níveis da educação. Consoante enfatiza Lourenço Ocuni Cá (1999), quando afirma que,

Logo após a independência, com as condições propícias para um trabalho mais sistemático, os dados quantitativos do primeiro ano da gestão do Partido revelavam a preocupação com a questão educacional. Por isso mesmo os dados eram eloquentes: em 1975, houve um aumento de 238 escolas em relação ao período colonial; 52.567 alunos matriculados e 571 professores que atuavam na rede pública do ensino em todo país. Estes dados nos possibilitariam dizer que o período de 1975 consideraria-se como o período da revolução educacional da Guiné-Bissau, tendo em vista o índice de crescimento de 152%, 300% e 162% respectivamente. (CÁ, 1999, p.115).

As políticas de criar estas instituições escolares, principalmente as do ensino superior, mostram a vontade do governo em conceder os espaços de formação aos guineenses. Isso faz parte de um dos objetivos da luta de libertação e o caminho positivo no processo de construção de ensino superior de qualidade, capaz de possibilitar a formação qualificada dos quadros superiores guineenses. Apesar destas iniciativas importantes, os governos guineenses não souberam desenvolver com eficiência a política de manutenção e conservação destas instituições, bem como no fornecimento de equipamentos para estas instituições de ensino. Por exemplo, hoje algumas Escolas Técnicas já não existem e a Universidade Amilcar Cabral não está funcionando condignamente, assim como alguns centros de formação criados na época foram desativados. Nas outras instituições de ensino superior que permaneceram, o governo precisa desenvolver uma política de investimento com relação à manutenção das infraestruturas, capacitação permanente de professores e pesquisa. Desta forma será possível salvar a existência dessas instituições. (SUCUMA, 2013).

6.3 ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NA GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau, assim como muitos países da África, passou por um processo de dominação portuguesa muito longo e conseqüentemente pela guerra da libertação que durou onze anos. Depois da independência unilateral, em 1973, o país é marcado por conflitos internos e crises políticas que, de forma geral, desestabiliza todo aparelho de Estado e todo sistema social, a educação e a economia como partes do aparelho também foram atingidas. Por isso, é incompleto falar da inacessibilidade e precariedade da educação guineense sem abordar as suas causas.

Para contextualizar o processo histórico da educação formal na Guiné-Bissau e o acesso do mesmo, é fundamental percorrer o período da sua implementação, da sua condição na antiga Guiné Portuguesa² e a forma como foi deixada pelos colonizadores portugueses. Após a independência, o povo da Guiné-Bissau herdou uma economia gravemente subdesenvolvida e destruída pela guerra, caracterizada por um baixo nível de atividade agrícola, as infraestruturas escolares, professores e técnicos da educação quase inexistentes, um setor industrial atrasado, uma alta taxa de desemprego e subemprego. (MENDY, 1993). Isso de certa forma contribuiu para o subdesenvolvimento econômico e educativo da Guiné-Bissau.

Ao contrário de alguns países da África, que herdaram uma economia pouco consistente e tinham algumas infraestruturas escolares, ou seja, uma educação formal muito mais eficiente que a da Guiné-Bissau antes da saída dos colonizadores europeus, naqueles países africanos, por exemplo, podemos citar o Senegal e a Gâmbia que tinham uma educação e um investimento mais avançado que a Guiné-Bissau no período colonial. Consoante denota Moema Augel (1998) referenciada por Sani e Oliveira (2014), a Inglaterra destinava para Gâmbia um valor equivalente a 3,08 dólares para os gastos com a educação para cada habitante, já Portugal dispunha apenas 0,36 dólares por habitante. É importante ressaltar que o Senegal, em 1903 já tinha tido a sua primeira reforma do ensino, além de criar, em 1948, o seu primeiro estabelecimento do ensino superior. Em 1953 a universidade de Dakar era institucionalizada, enquanto que na Guiné-Bissau somente em 1941 foi elaborado um estatuto pelo qual o ensino indígena era confiado às missões católicas. Em 1948 houve uma regulamentação do ensino

² A **Guiné Portuguesa**, depois elevada para **Província Ultramarina da Guiné** a 11 de Junho de 1951 e, finalmente, **Estado da Guiné** em 1972, era o nome da actual Guiné-Bissau enquanto colónia portuguesa entre 1446 e 10 de Setembro de 1973.

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Guin%C3%A9_Portuguesa
Data de acesso: 21/06/2019

rudimentar na Guiné, feito três anos mais tarde. Apenas em 1958 houve uma reforma de ensino secundário e a fundação de um primeiro liceu (Honório Barreto) na capital do País. É relevante não perder de vista que a educação dos colonos limitava-se a uma porção muito reduzida da população e só aceitava os filhos dos “assimilados”, enquanto que os maioritários, os considerados indígenas, não tinham acesso a educação laica porque eram considerados “gentios e primitivos”.

Na época pós-independência, por razões supracitadas, a Guiné-Bissau substituiu as políticas educativas do ensino superior interna por externa, ou seja, por motivos econômicos, por faltas das infraestruturas escolares e universitárias, por faltas de professores de diversas áreas científicas e por motivos de fase inicial do processo da construção de um Estado soberano e independente.

Nesta situação, era difícil para o país superar as dificuldades e alcançar o caminho do desenvolvimento, sendo um dos objetivos da luta de libertação nacional. As autoridades reconheceram a carência dos recursos humanos, assinaram acordos de formação técnica e superior dos guineenses com os principais países parceiros - entre os quais, URSS, Cuba, Brasil, Argélia e Portugal -, através dos acordos bilaterais com esses países. O propósito era formar seus cidadãos para, num futuro próximo, voltarem a servir ao Estado guineense. Contudo, a idéia era sempre equipar o país de estruturas de formação que pudessem aglutinar maior número de estudantes em função das necessidades prementes do país. (SANHÁ, 2009).

Nessa mesma necessidade de disseminar a formação superior para os cidadãos guineenses e para melhor contribuírem no desenvolvimento da Guiné-Bissau, o governo guineense começou a pensar na criação das instituições de ensino superior. Portanto, como já resaltei na seção anterior, em 1974 o Ministério da Saúde criou a Escola Nacional de Saúde (ENS). No ano seguinte, em 1975, dois anos após a independência, criou-se a Escola de Formação Amílcar Cabral, em Bolama, para a formação de professores de ensino básico. Em 1979, foi aberta a Escola Normal Superior Tchico Té para a formação de professores para o ensino secundário. Mais tarde, em 2001, iniciou-se o curso de Licenciatura em Língua Portuguesa para a formação de professores do ensino secundário e superior. No ano de 1982, com a necessidade de resolver a ineficiência de quadros técnicos na administração pública e privada, foi criado o Centro de Formação Administrativa (CENFA), através do Instituto de Formação Técnica e Profissional (INAFOR). Atualmente, por decisão governamental, este instituto foi substituído pela Escola Nacional de Administração (ENA), oferecendo cursos técnicos e superiores em Contabilidade e Administração. (SANI; OLIVEIRA, 2014).

Em 1986 foi aberta a Faculdade de Medicina. Ainda em 1986, foi criada a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD). Em 1990, através da cooperação Portuguesa, abriu-se a Faculdade de Direito de Bissau (FDB), oferecendo curso de Direito, com grau de Licenciatura. Recordar-se que, em 1979, o governo criou a Escola de Direito que oferecia curso técnico nas áreas Jurídicas que depois deu lugar a FDB, em 1990. Nos princípios do século XXI, praticamente em 2003, foi aberta a primeira universidade pública do país, Universidade Amílcar Cabral, (UAC). Mas, em 2007, o governo, alegando a impossibilidade de sustentar esta universidade, assinou um contrato de cedência à Universidade Lusófona de Portugal, surgindo, assim, a Universidade Lusófona da Guiné (ULG).

Essas e outras, talvez não mencionadas, são as principais instituições do ensino superior público na Guiné-Bissau. Mas, pode notar-se a grande concentração das instituições do ensino superior pública na capital (Bissau) e nas outras regiões eram e são praticamente inexistentes com exceção da Escola de Formação Amílcar Cabral, em Bolama. A falta de instituições do ensino superior, principalmente pública, e a grande concentração das mesmas na capital Bissau, muitas das vezes impossibilita o acesso e a permanência no ensino superior, ou seja, cria grande inacessibilidade ao ensino superior por maior parte da população guineense.

Segundo os dados da Direção Geral dos Estudos Planificação e Avaliação do Sistema Educativo (DGEPASE), demonstrado por Sucuma (2013) numa das suas obras intitulado *Estado e o ensino superior na Guiné-Bissau*, mostra que as instituições de ensino superior recenseadas no país no ano letivo 2007/2008, compreendem 11 estabelecimentos, dos quais 05 Universidades privadas (entre as quais Universidade Colinas do Boé/UCB) em 2003, Universidade Católica da África Ocidental/UCAO em 2007, Universidade Jean Piaget (UJP) em 2009, e 06 grandes escolas de formação (entre as quais Escola Nacional de Administração/ENA, Escola Superior da Educação/ESE em 2010/2011), todas elas públicas. Mas, atualmente, esse indicador tende a aumentar devido surgimento de novas instituições privadas do ensino superior. Conforme a DGEPASE (2009), a taxa de acesso ao ensino superior: 4,8%, número de estudantes/100.000 habitantes: 351, taxa de inscrição de estudantes: 33,3%. (SUCUMA, 2013).

A Guiné-Bissau tinha, e ainda tem, uma sequência de problemas na educação, particularmente no domínio do ensino superior. É o último país dos PALOP (Países Africanos da Língua Oficial Português) a possuir uma universidade pública, mesmo que ela fosse administrada por Portugal. Quase a maioria das instituições do ensino superior públicas na Guiné-Bissau são financiadas por países parceiros mediante uma cooperação. (LOURENÇO

OCUNI CÁ, 1999). Portanto, isso de alguma forma mostra a fragilidade e dependência do Estado guineense no que tange aos investimentos públicos no setor da educação.

Em suma, é fácil compreender, através das narrativas supracitadas, que o acesso e concomitantemente a permanência ao ensino superior na Guiné-Bissau ainda está aquém do esperado por motivos de várias ordens, dentre elas: fraco investimento do Estado no setor educativo, principalmente na educação superior; a inexistência das políticas de permanência no ensino superior; a insuficiência de escolas de formação superior; falta de professores qualificados para atuarem nessas escolas; o fraco poder aquisitivo dos pais e encarregados de educação que impossibilita o envio dos filhos à escolas de formação superior e universidades privadas; além disso, identifica-se os obstáculos na forte centralização das escolas de formação superior no setor autônomo de Bissau (capital Bissau) enquanto que as outras regiões basicamente não as possuem.

6.4 EDUCAÇÃO, EMANCIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: UM OLHAR PARA O CONTEXTO GUINEENSE

O cerne da nossa discussão nesta seção é a educação libertadora como instrumento da emancipação social e do desenvolvimento da Guiné-Bissau. A educação libertadora, segundo Freire (2011, p. 52), é “A educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação.” Para isso acontecer “(...) pressupõe que as práticas pedagógicas estejam voltadas a constituição de referenciais críticos para leitura do mundo.” (SILVA, 2010, p.90).

Os debates sobre o processo da emancipação humana e social entre os estudiosos e educadores, muitas das vezes, parece utópico, mas o método do materialismo histórico dialético nos dá bases para a compreensão da realidade e nos coloca a discutir o papel da educação nesse cenário. Discutir o papel da educação para a emancipação humana nos conduz a uma questão central, que é a polarização social. (PEREIRA, 2014). No entanto, a educação pode servir como forma da transformação, da diminuição da desigualdade e da vulnerabilidade enraizada nas sociedades humanas. Ela pode ser uma ferramenta útil no processo da libertação e no desenvolvimento de qualquer país. A educação com a concepção emancipadora carrega uma série de desafios e complexidades.

Não obstante, como já foi dito na apresentação deste projeto, a noção de desenvolvimento aqui apresentada não é projetado a partir da cosmovisão ocidental, mas no sentido mais amplo, isto é, aqui o desenvolvimento está sendo pensado na base da realidade

local, a partir da qual podemos definir os desafios e perspectivas de acordo com a realidade cultural, social, política, econômica e étnica da Guiné-Bissau para depois se procurar formas de superar esses desafios.

Também é importante não perder de vista que a ideia de desenvolvimento em qualquer perspectiva e em qualquer sociedade remete à melhoria de qualidade de vida dos seus membros, garantindo o bem-estar social e cultural e possibilitando a redução da vulnerabilidade, desigualdade e pobreza. Entretanto, o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo, que envolve mudanças e transformações da ordem cultural, econômica, política, sobretudo, humana e social. Constitui um crescimento em diferentes escalas transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades humanas, tais como saúde, educação, alimentação, entre outras. (SUCUMA, 2013, p. 56).

Atualmente, devido a proliferação do capitalismo, a educação ganha mais ênfase no que se refere ao desenvolvimento. Entende-se que o aumento da produtividade, articulação, interpretação e promoção dos conhecimentos passa a assumir espaço privilegiado na elaboração das políticas na esfera produtiva. A vantagem competitiva e a dominação de um país em relação a outro começa a depender da capacitação de seus cidadãos, da qualidade dos conhecimentos que estes são capazes de produzir e transferir para os sistemas produtivos e da capacidade de aplicação da ciência e tecnologia na produção de bens e serviços. (SILVA, 2010).

Por isso, a preocupação que se levanta nesse tópico (educação *versus* desenvolvimento) é pensada a partir dessas problemáticas, preocupando-se com a vulnerabilidade, a dominação e interferência externas na origem dos conflitos políticos guineenses. Por esse motivo,

Hoje devemos pensar um desenvolvimento que se sustenta, focado no desenvolvimento econômico e social satisfazendo os interesses da geração presente, sem prejudicar a geração futura. Neste sentido, o papel da universidade é importante no sentido de assessorar o estado e desenvolver pesquisas que contribuam para o projeto do desenvolvimento econômico e social. (SUCUMA, 2013, p. 56).

Sobre essa questão, Silva (2010) nos alertou, ao afirmar que pensar a política ideológica da educação não depende exclusivamente do professor. Ainda segundo ele, o processo da educação emancipadora, da leitura crítica do mundo e do seu espaço como um indivíduo integrante do meio social é um processo complexo, por isso, toda a organização social e da escola deve estar de mãos dadas com o projeto libertador que proporcione condições para a emancipação. A educação para emancipação está relegada ao processo de crenças e princípios diferentes da lógica atual. Nesta sociedade, a lógica da vida dominada sobre a do econômico (interesses pessoais/mercados). As pessoas serão livres da dominação exercida pelo

sistema socioeconômico. Por essa razão, a escola, governo e a comunidade como todo precisam assumir sua função social.

Também Santos (2014) nos indica outra forma da construção da educação emancipadora que é a valorização dos conhecimentos historicamente subjugados pela comunidade científica e a produção do conhecimento contextual, pensado a partir da realidade endógena.

Do ponto de vista da sociologia das emergências, a escola traz para o desenvolvimento do currículo a experiência dos saberes acumulados pelas ciências e o cotidiano social, cultural e político dos sujeitos concretos. Assim, por meio de reflexões sociológicas e filosóficas oportuniza uma leitura crítica dos fenômenos socioculturais e sociopolíticos, com vista a criar condições de promover o discernimento deles para emergência de novas possibilidades históricas. Neste caso, o futuro reside na capacidade de visualizar possibilidades de outro mundo possível, a partir da ação política dos atores sociais, ou seja, “a reinvenção da emancipação social” (SANTOS, 2004).

Do mesmo modo, Lourenço Ocuni Cá (2010), na sua obra *Estado: Política pública e gestão educacional*, admite que, a educação para a liberdade ensina o indivíduo a participar na vida da sociedade que constitui o exercício da cidadania. A medida que a consciência começa a se desenvolver o lado organizacional tende a se ampliar para o resto da sociedade.

As condições da emancipação humana e da educação emancipatória são frequentes nas teorias sobre educação. Contudo, nem sempre correspondem ao seu real significado, até pelo fato de precisar de uma fundamentação filosófica da definição para clarear o sentido da palavra emancipação. A importância desta abordagem centra-se no resgate da concepção da educação que ultrapasse o ensino de competência, do saber fazer, que seja mais do que incluir as pessoas em uma sociedade cada vez mais desigual, através de uma educação precária que serve ao mercado de trabalho. (AMBROSINI, 2012).

Também necessita de uma atenção de como a prática da educação pode guiar e conduzir uma formação de caráter emancipatório. Como a escola pode proporcionar o pensamento mais crítico, consciente e coerente? Pensar criticamente remete a transcender o nível da consciência ingênua e enxergar o problema para além da sua configuração explícita, onde o dominado consegue perceber a opressão à qual está inserido e quem está usufruindo desta sua condição. (DE ARAGÃO, 2016).

Nesse caso, o ensino superior pode desempenhar um papel importante para o desenvolvimento de um país. No caso da Guiné-Bissau, um país “subdesenvolvido” em termos políticos e econômicos, necessita de um ensino superior de qualidade que permita responder as necessidades do país em diferentes esferas do desenvolvimento. Neste sentido, o desenvolvimento das políticas educacionais de qualidade e pesquisas será extremamente

importante para impulsionar o desenvolvimento e a promoção de bem estar dentro da sociedade guineense. (SUCUMA 2013).

7. METODOLOGIA

Nesta pesquisa a ser realizada, utilizarei o método qualitativo, recorrendo, *a priori*, à pesquisa bibliográfica, depois documental e à entrevista semi-estruturada. Na primeira etapa - pesquisa bibliográfica -, trabalharei com livros, artigos, teses, relatórios, dissertações, leis da educação, constituição da república da Guiné-Bissau e outros materiais que abordam os temas do nosso interesse. E para situar com maior clareza, é importante conceitualizar a pesquisa bibliográfica que, segundo Medeiro (2011), é aquela que procura o levantamento de livros e revistas de grande interesse para a pesquisa que será realizada. Esse método tem como objetivo colocar o autor ou pesquisador à frente de informações sobre os seus interesses. Ela é passo decisivo em qualquer pesquisa científica, uma vez que suprime a possibilidade de se trabalhar em vão ou de se gastar o tempo com o que já foi solucionado.

A pesquisa qualitativa, conforme acepção da Minayo (1994), responde aos problemas específicos. Ela não se preocupa por obter resultados por meios quantitativos ou estatísticos, mas trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais aprofundado das relações e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à instrumentalização das variáveis.

As pesquisas, de forma geral, e em particular bibliográfica, exigem a capacidade intelectual, pensamento reflexivo e compreensivo baseando nos preceitos éticos, como afirma Rodrigues (2006): “A realização da pesquisa bibliográfica deve ser regida por princípios éticos, ou seja, o aluno deve sempre indicar as fontes de referências das idéias pertencentes a outros autores”. (RODRIGUES, 2006, p. 61).

Ainda neste mesmo trabalho, como frisei no primeiro parágrafo do nosso procedimento metodológico, pretendo fazer uma pesquisa de campo, especialmente documental e a entrevista (semi-estruturada) na Guiné-Bissau. No entanto, Severino (2007) revela-nos que a pesquisa de campo é efetuado num espaço próprio, onde a coleta de dados é feita de forma natural em que os acontecimentos ocorrem, sendo claramente observados sem interferência da subjetividade do pesquisador. Ainda segundo ele, a pesquisa de campo abrange desde levantamentos que são momentos mais descritivos até fases mais analíticas. E,

No caso da pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Neste caso, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise. (SEVERINO, 2007, p. 122-123).

Por isso, pretendemos desenvolver essa investigação de campo, aonde poderemos ter contato direto com alguns agentes de Ministério da Educação, alguns docentes e docentes de diferentes instituições do ensino superior público do país para falarem sobre o acesso, permanência e os desafios do ensino superior guineense. E também para ter acesso aos boletins e arquivos oficiais de Ministério da Educação, arquivos de Empresas públicas e privadas e outras instituições que de alguma forma podem nos facultar informações a respeito da nossa pesquisa na Guiné-Bissau, para que possamos concluir o nosso estudo com êxito e veracidade.

Como parte do trabalho a ser realizado, a entrevista semi-estruturada consiste em perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista em que o entrevistador pode acrescentar alguns questionamentos para o esclarecimento. Muitas vezes, ele muda a ordem das perguntas em função das respostas obtidas, a fim de assegurar mais coerência em suas trocas com o interrogado. (LAVILLE; DIONNE, 1999).

No que se refere às técnicas de organização, interpretação e análise de dados, este trabalho não escapará das normas científicas que rege essa parte da pesquisa acadêmica porque as informações que obterei através da entrevista com interrogados serão apenas, em primeiro momento, matérias-primas. Como ressaltam Laville e Dionne (1999), que a análise e interpretação não são imediatamente possíveis. Os dados que o pesquisador possui são, no instante, exclusivamente informações brutas: respostas assinaladas em um formulário, frases registradas no gravador, notas trazidas por uma observação participativa, série de mapas antigos, fotocópias de artigos publicados por tal jornal ou coleções de jornais tratando de um tema particular. Todas essas informações precisam ser preparadas para se tornarem úteis na construção do conhecimento. O pesquisador deve organizá-los, podendo descrevê-los, transcrevê-los, ordená-los, codificá-los, agrupá-los em categorias. Somente então ele poderá proceder com as análises e interpretações que o levarão às suas conclusões.

8. CRONOGRAMA

	ATIVIDADES	2019					2020			2021				
		Julh -- Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan -- Fev	Mar -- Abr	Mai -- Dez	Jan	Fev -- Mar	Abr	Mai	Jun
1	Pesquisa Bibliográfica	X	X	X	X	X								
3	Pesquisa de Campo						X							
4	Pesquisa Documental						X							
5	Aplicação da entrevista							X						
6	Análise de dados								X					
7	Elaboração do artigo acadêmico									X	X			
8	Correções e Alterações											X		
9	Divulgação do resultado da pesquisa para a comunidade acadêmica (Defesa Pública)													X

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBROSINI, Tiago Felipe. *Educação e emancipação humana: uma fundamentação filosófica*: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Revista HISTEDBR, Campinas, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é a educação*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

CÁ, Cristina M. Ocuni. *A trajetória de quadros guineenses formados e em formação no Brasil na visão dos estudantes e profissionais de 3ª grau*. 2009. 177p. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, 2009.

CÁ, Lourenço Ocuni. *Estado: políticas públicas e gestão educacional*. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

_____. *Política educacional na Guiné-Bissau*. Campinas, SP: [n.s.], 1999. 197p. Dissertação (mestrado)- Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, São Paulo, 1999.

CAVALCANTE, Joseneide Franklin. *Educação superior: conceitos, definições e classificações*. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000.

DE ARAGÃO, Bruna Gurgel. *Alienação ou emancipação: a educação e o seu papel na sociedade*: Universidade Federal Do Estado do Rio De Janeiro - Centro De Ciências Humanas E Sociais Escola De Educação - Departamento De Fundamentos Da Educação. Rio de Janeiro, 2016.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 14º. ed. rev.—Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GUINÉ-BISSAU (GOVERNO). *Lei de Bases do Sistema Educativo, 2010*. Acesso em: <http://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/SERIAL/95412/112307/F-571669547/GNB95412.pdf>. Data: 04/04/2019. 15h:30min.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. — tradução Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. — Porto Alegre : Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMQ, 1999.

LIBÂNIO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

MEDEIROS, João Bosco. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MENDY, Piter Karibe. *A herança colonial e o desafio da integração*. Soranda: revista de estudos Guineenses.- Nº 16 (Jul. 1993), p. 3- 37

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. ed. 21º. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

PEREIRA, Greiciane. *O papel da educação na emancipação humana: limites e possibilidades sob o olhar do materialismo histórico dialético*: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)- campus de Toledo, Paraná, 2014.

RODRIGUES, Auro de Jesus. *Metodologia científica*. São Paulo: Avercamp, 2006.

SANHÁ, Alberto. *Educação Superior em Guiné-Bissau*. In: Seminário Internacional de Educação Superior da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. PUCRS. 2009. Disponível em: www.pucrs.br/edipucrs/cplp/educacaosuperior.htm. Acesso em: 03/04/ 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*: Faculdade de economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais. Revista Crítica de ciências sociais, 2002.

SANI, Quecoi; OLIVEIRA, Marlize Rubin. *Educação superior e desenvolvimento na Guiné-Bissau: contribuições, limites e desafios*. Revista Pedagógica, Chapecó, v.16, n.33, p. 127 - 152, Jul./Dez. 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. Ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Luiz Etevaldo. *Um olhar sobre a escola como espaço de emancipação*: Rio Grande do Sul, Ijuí. 2010.

SUCUMA, Arnaldo. *Estado e ensino superior na Guiné-Bissau 1974-2008*. 2013. 115p. il. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2013.

TÉ, Francisco Armando Bilima. *Políticas Educativas na Guiné-Bissau: estudo longitudinal dos ensinamentos básico e secundário*. 2017. Dissertação (mestrado) – Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas. Mestrado em Ciência Política, 2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e Civilização capitalista*. Tradução de Renato Aguiar; revisão de tradução César Benjamin e Immanue Wallerstein. - Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. 144p.